



Exmo. Senhor

Presidente da 5.ª Comissão de Orçamento e Finanças

Deputado Filipe Neto Brandão

Depois de um período prolongado de taxas de juro Euribor negativas, o Banco Central Europeu (BCE) decidiu, em julho deste ano, aumentar as taxas de juro. Esta decisão foi tomada num contexto de inflação alta, que o BCE procura mitigar através do aumento das taxas de juro, estratégia que deverá manter-se nos próximos tempos.

A decisão do BCE traduz-se inevitavelmente num aumento dos encargos de grande parte das famílias com crédito à habitação, já que a maioria dos créditos estão indexados à Euribor, o que suscita a preocupação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP PS).

Pese embora o mercado de arrendamento tenha vindo, nos últimos anos, a ganhar maior expressão, a compra de habitação continua a ser opção preferencial de muitos portugueses. De acordo com dados disponibilizados pelo Banco de Portugal, existiam, no final de 2021, cerca de 1,43 milhões de contratos de crédito à habitação, o que corresponde a um saldo em dívida de 101,3 mil milhões de euros.

O risco de incumprimento no crédito bancário, e em particular no crédito bancário, coloca questões delicadas não só do ponto de vista do bem-estar das famílias e do acesso à habitação, mas também do ponto de vista da estabilidade e da resiliência do setor bancário.

É certo que os indicadores disponíveis, de acordo com o Banco de Portugal, não apontam para já para um cenário gravoso, mas é fundamental que este tema seja acompanhado com grande proximidade e com o maior detalhe possível, não só do ponto de vista da banca, mas também numa perspetiva mais ampla, que permita aferir devidamente a capacidade financeira das famílias. Só com um diagnóstico rigoroso poderão ser equacionadas as soluções mais adequadas para responder às necessidades efetivas das famílias portuguesas no âmbito do crédito à habitação.

Face ao exposto, vem o GPPS requerer a realização de audições com o **Banco de Portugal**, a **Associação Portuguesa de Bancos** e a **Associação de Defesa do Consumidor**.

Palácio de São Bento, 6 de outubro de 2022,

As Deputadas e os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista